Revista do
Conafisco

Edição Especial

18º Congresso Nacional
do Fisco Estadual e Distrital

SOLIDARIEDADE FISCAL

PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

Especialistas debatem propostas de reforma tributária para fortalecer o federalismo e o Estado Social

ELEIÇÕES
Nova gestão toma posse

COMEMORAÇÕES
Fenafisco celebra 40 anos

PRÊMIO CERVANTES
Fenafisco homenageia ex-presidentes e parlamentar

AGRADECIMENTOS

Pernambuco, um estado consagrado por suas belezas naturais e diversidade cultural, foi palco de mais um evento que reuniu a classe fiscal, especialistas e convidados, para, além de debater pautas de interesse do Brasil, possibilitar encontros, reencontros e a renovação de esperanças em torno de um sonho comum.

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em nome de sua Diretoria Executiva, agradece todo o apoio, assistência e generosidade ofertadas pelo Sindicato do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco (Sindifisco/PE), configurados pelo esforço conjunto de sua diretoria e corpo técnico, para a realização exitosa deste Congresso.

Parabenizamos o presidente João Hélio Coutinho pelo trabalho desenvolvido ao longo de sua gestão, pelo fortalecimento do Fisco pernambucano e união da categoria na construção de frentes que reafirmaram a essencialidade da Administração Tributária para a manutenção e crescimento do Estado. Aos filiados deste notável anfitrião, nosso respeito pelos esforços empreendidos em defesa do movimento sindical.

Reafirmamos nossa gratidão, também, aos funcionários deste sindicato, pela colaboração fundamental para o alcance de nossos propósitos, pela contribuição e desempenho diários, para o pleno funcionamento desta entidade.

DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDIFISCO/PE

Presidente - João Hélio Coutinho

Secretário-geral - Rogério Salviano Alves

Secrectário-geral-adjunto - Alexandre José Wanderley de Moraes

Dir. Administrativo-financeiro - Eduardo Carlos de Amorim

Dir. Administrativo-financeiro-adjunto - Carlos Rogério Viana

Dir. Jurídica - Sandra Maria Vidal Praxedes

Dir. Jurídico-adjunto - Marconi Edson de Almeida Marques

Dir. de Política Social e Formação Sindical - Antônio de Pádua

Dir. de Política Social e Formação Sindical Adjunta - Wanda Torres

Dir. de Aposentados - Antônio da Mota Silveira

Dir. de Aposentados Adjunto - Paulo Veloso da Silva

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

TITULARES

Presidente
Charles Alcantara (Sindifisco/PA)

Vice-Presidente
Fabiano Dadam Nau (Sindifisco/SC)

Dir. Administrativo e Financeiro
Liduíno Lopes de Brito (Sintaf/CE)

Dir. Formação Sindical e Rel. Intersindicais
Francelino Valença (Sindifisco/PE)

Dir. de Comunicação
Marlúcia Ferreira Paixão (Sindsefaz/BA)

Dir. Assuntos Parlamentares e Rel. Institucionais
Rogério Macanhão (Sindifisco/SC)

Dir. Jurídica e de Defesa Profissional
Gabriela Vitorino de Sousa (Sindifisco/GO)

Dir. de Aposentados e Pensionistas
Celso Malhani de Souza (Sindifisco/RS)

Dir. para Assuntos Técnicos
Ronaldo Oliveira da Silva (Sindaftema/MA)

Dir. do Departamento de Projetos Especiais:
Glauco Honório (Sinafresp/SP)

Dir. do Departamento de Secretariado Geral:
José Roberto Ferreira de Souza (Sindifisco/RR)

SUPLENTES

Carlos Pereira Campos (Sindifiscal/TO)
Clesio Teixeira Coelho (Sinaffepi/PI)
Jorge Antonio da Silva Couto (Sindare/TO)
José Alberto Garcez de Carvalho (Sindifisco/SE)
José Pedro Faria (Siprotaf/MT)
Leyla Maria Alves da Silva (Sindifisco/AC)
Ricardo Bertolini- (Sindifisco/MT)

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João José Farah Rios (Sintaf/MA)
João Marcos de Souza (Sindafep/PR)
Francisco Carlos de Assis (Sindifiscal/MS)

SUPLENTES

Mauro Roberto da Silva (Sindafisco/RO)
José Carlos Carvalho (Sindafep/PR)

Coordenação
Marlúcia Paixão

Textos
Joksã Natividade (MTB 12524/DF)
Wanúbia Lima (MTB 9585/DF)

Edição
Wanúbia Lima

Revisão Ortográfica
Iran de Souza
[Intercom Comunicação Empresarial]

Revisão de Conteúdo
Heula Tadano

Fotos
Fábio J. Matos
Jorge Melo

Direção de Arte
Wanúbia Lima

Diagramação e Editoração
Joksã Natividade

Capa
Freepik

Impressão
Ideal Gráfica e Editora

Tiragem
3.000

FENAFISCO

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos mais uma edição da tradicional revista do Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco), que traz uma abordagem geral do evento que discutiu o tema **Tributação e Previdência Solidárias – Por um Brasil mais justo**, reunindo em Ipojuca/PE a classe fiscal, especialistas, jornalistas e convidados.

Mais do que mera síntese das atividades, esta revista é uma retrospectiva do 18º Conafisco, que permite a todos rememorar os pilares da Fenafisco, a preocupação da entidade com temas relativos à sociedade brasileira, o seu crescimento institucional e sobretudo a luta em defesa dos servidores fiscais tributários, da justiça fiscal e por uma Administração Tributária de Estado.

Aqui se verifica que preocupações e mobilizações empreendidas pela Fenafisco se consolidaram mais uma vez nos debates realizados sobre Tributação, Desigualdade, Federalismo Fiscal e Estado Social, convidando a todos a vislumbrar o futuro, com olhos atentos ao presente.

Com efeito de registro histórico, esta publicação demonstra que embora a conjuntura política e econômica do país se apresente há algum tempo fragilizada e inclinada a enfraquecer o serviço público, por meio de políticas de austeridade centradas no Estado Mínimo, a Fenafisco e seus sindicatos filiados se mantêm firmes, reafirmando à sociedade a essencialidade do Fisco para a sustentação do país, a importância do servidor público para o bem-estar social, além de caminhos para enfrentar, de forma justa e solidária, as desigualdades no Brasil.

Esta revista traz um resumo dos trabalhos realizados entre 24 e 27 de setembro de 2019 e sua execução envolveu muito trabalho, permanente diálogo e confiança, com o objetivo de levar até você informações substanciais sobre o 18º Conafisco.

Agradecemos, em nome da Fenafisco e do Sindifisco/PE, aos companheiros do Fisco Estadual e Distrital e desejamos a todos boa leitura!

Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Pág. 15 - PALESTRA MAGNA

O professor doutor Pedro Rossi, do Instituto de Economia da Unicamp, aborda aspectos do modelo de organização capitalista, sob a perspectiva Mercado versus Estado.

Pág. 16 - ELEIÇÕES

Chapa 1 | Fenafisco - Pelo Fisco, Pelo Brasil

Processo eleitoral define nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenafisco para o triênio 2020-2022.

Pág. 18 - CONSTRUINDO O FUTURO COM MULHERES

Baiana é a primeira mulher a assumir o cargo de vice-presidente da Federação em 40 anos de história.

Pág. 20 - PAINÉIS

Especialistas discutem pautas da agenda pública brasileira como federalismo fiscal, reformas estruturantes e justiça tributária.

Pág. 27 - PRÊMIO CERVANTES DESTACA AÇÕES EM PROL DO FISCO

Ex-presidentes da entidade e o ex-deputado Luis Carlos Hauly são homenageados.

Pág. 30 - FENAFISCO CELEBRA 40 ANOS DE LUTAS E VITÓRIAS

Aniversário da entidade reúne filiados, autoridades e colaboradores para comemorar as bodas de esmeralda.

Pág. 36 - REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA AVANÇA

RTS fomenta um debate amplo, plural e democrático para corrigir as anomalias do sistema tributário brasileiro.

Pág. 40 - MOSTRA DE ARTESANATO SOCIAL

Em solidariedade ao projeto Casa Vovó Bibia, voltado a idosos, Fenafisco apoia ação de responsabilidade social para arrecadação de fundos em benefício da instituição.

ENTREVISTA

CHARLES ALCANTARA

Reeleito presidente da Fenafisco para o triênio 2020-2022, o auditor fiscal paraense Charles Alcantara prioriza a gestão compartilhada da entidade, aposta no sindicalismo público crítico e austero como método de ação e defende a reforma do sistema tributário nacional como caminho para enfrentar as desigualdades no país e promover a justiça fiscal.

Na entrevista a seguir, Alcantara fala dos projetos empreendidos para o fortalecimento da categoria, da Administração Tributária e do serviço público, além dos desafios e expectativas para conduzir a entidade pelos próximos três anos.

Servidor da Receita Estadual do Pará desde 1993, Alcantara exerceu as funções de **Coordenador de Procedimentos Fiscais** e **Delegado da Fazenda** entre 1995 e 1997, foi **presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará** (Sindifisco/PA) por dois mandatos, de janeiro de 2009 a junho de 2014, e **diretor de Comunicação da Fenafisco** entre dezembro de 2013 a novembro de 2016, sendo eleito para a presidencia da Fenafisco no mesmo ano.

Pergunta: Como o Sr. avalia o processo eleitoral realizado durante o 18º Conafisco, desta vez com duas chapas concorrendo à gestão da entidade?

Resposta: Há muitos anos a Fenafisco não passava por uma disputa eleitoral e por isso mesmo havia uma certa inquietação por parte de algumas pessoas com uma eventual fragilização da coesão interna da entidade. Na minha opinião, a Fenafisco saiu mais forte do processo eleitoral porque soubemos nos conduzir democraticamente. Saímos todos mais maduros e mais conscientes das nossas responsabilidades.

P: O que representa, para a classe fiscal, a eleição da primeira mulher para o cargo de vice-presidente da Fenafisco?

R: A rigor, não deveríamos celebrar o fato de eleger a primeira mulher para a vice-presidência da Fenafisco, já que as mulheres são maioria na sociedade.

A companheira Marlúcia tem ciência do seu papel na Fenafisco e vai colocar em pauta a participação das mulheres na política, especialmente no sindicalismo, que é o nosso espaço de atuação. Parte do déficit democrático e da profunda desigualdade do país se explicam pela predominância de homens - quase todos brancos - na política.

P: Qual é o balanço geral que o Sr. faz do 18º Conafisco?

R: Superior às minhas expectativas, pelo simbolismo, porque, afinal, celebrávamos os 40 anos da Fenafisco no estado onde tudo começou, mas principalmente pela organização, participação dos congressistas de todo o país, oportunidade dos temas debatidos, qualidade dos palestrantes e finalmente pelas importantes decisões tomadas na Plenária Final.

P: À frente da presidência da Fenafisco pela segunda vez, quais são os principais desafios que o Sr. avista para o triênio 2020-2022?

R: Os desafios são públicos, porque expressos no manifesto da nossa candidatura à Fenafisco.

O sindicalismo talvez esteja no seu momento mais dramático, posto em xeque de maneira definitiva. No meu discurso de posse fiz uma advertência: se não formos capazes de reinventar e de reposicionar o sindicalismo do setor público, o nosso papel de sindicalistas estará fadado à inutilidade e, portanto, ao descarte, porque, afinal, é o que tende a acontecer com tudo o que perde importância ou até mesmo serventia.

A Fenafisco precisa se abrir mais para a sociedade, ampliar mais a sua lente. Primeiro, fomentar novas formas de participação ativa da categoria na vida sindical e política. Segundo, desenvolver iniciativas de estímulo à formação de novas lideranças. Terceiro, colocar a justiça fiscal como objetivo estratégico. Quarto, estreitar a sua relação com a sociedade. Quinto e último, atuar aberta e firmemente em favor do Estado Social, do Estado de Direito e dos valores democráticos.

P: Qual o legado da chapa "Unidos pelos Desafios" (triênio 2016-2019) para a classe fiscal?

R: Penso que a Reforma Tributária Solidária (RTS) é o grande legado. Um projeto de um valor histórico extraordinário, uma inegável contribuição ao país que, aliás, já começou a produzir os primeiros frutos.

A RTS tem tudo a ver com os desafios da Fenafisco que eu apontei na pergunta anterior, porque de certo modo mostra que nós já começamos a trilhar esse novo caminho de uma entidade mais aberta para a sociedade. Há um outro legado, este mais voltado para a categoria em si: a Fenafisco tornou-se ainda mais presente no cotidiano das lidas dos sindicatos filiados, que sentiram mais a presença e a existência da Federação.

P: Em seu discurso de posse o Sr. ressaltou que o movimento sindical deve transcender a esfera corporativa. Explique.

R: Pois é, tratei um pouco dessa questão quando falava dessa encruzilhada em que se encontra o sindicalismo no Brasil.

Sem negar a existência e a necessidade de defender pautas corporativas, é preciso que as entidades sindicais do setor público superem o corporativismo como método de ação, sob pena de sucumbirem.

Defendo uma nova cultura sindical do setor público, cultura essa que eu chamo de pós-corporativista, em que o sindicalista aprenda e assuma o compromisso de equilibrar, adequar e subordinar o interesse corporativo ao interesse público.

P: Como o Sr. avalia as mudanças na estrutura sindical promovidas pelos governos Temer e Bolsonaro?

R: Como de resto em todas as reformas recentes (trabalhista e previdenciária, por exemplo), Temer e Bolsonaro se equivalem no propósito de destruir o Estado Social. Sendo o sindicalismo uma trincheira de resistência histórica contra o rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores, os sindicatos tornam-se alvo de toda sorte de ataques, em especial via estrangulamento financeiro. Esse é um dos ingredientes do atual estágio das lutas sociais no país, as quais demandam dos sindicalistas novos conhecimentos e novas habilidades.

P: Quais ações são necessárias para fortalecer a Administração Tributária e promover a justiça fiscal no Brasil?

R: Tudo é processual e relacional. Tem a ver com duas questões que já apontei antes: a encruzilhada do sindicalismo e a postura da Fenafisco mais aberta à sociedade. As ações, portanto, devem estar conectadas com essas duas dimensões. Aposto muito na popularização da Reforma Tributária Solidária, que, mais do que apresentar as linhas gerais de um novo sistema tributário, denuncia o quão perverso e retrógrado é o atual. Essa é a maior contribuição que a Fenafisco pode dar ao país. Para isso, vamos precisar aprimorar, diversificar e ampliar os instrumentos e a política de comunicação da entidade.

P: Analisando a conjuntura política e econômica, como o Sr. avalia a situação do serviço público e de seus servidores em um momento em que o governo defende austeridade, corte de gastos e redução do Estado?

R: Num artigo de 2019 fiz um paralelo entre o Chile e o Brasil, sob Paulo Guedes. Lá, o povo chileno tomou as ruas para exigir mais e melhores serviços públicos, saúde, educação, aposentadoria digna, ou seja, mais Estado.

Lá, o povo exultaria com uma constituição próxima da Constituição brasileira em termos de direitos sociais.

Aqui, o ministro da Economia acha que o proble-

ma é exatamente o serviço público, o gasto social e a Constituição.

Num artigo memorável, Luiz Fernando Veríssimo fez uma interpretação luminosa sobre a revolta no Chile e o neoliberalismo. Disse ele: "Não foi o neoliberalismo que levou a maioria de manifestantes às ruas no Chile, mas sim a consciência, finalmente explícita, de que desigualdade e neoliberalismo se completam".

É em busca dessa consciência coletiva que eu acordo todos dias.

P: Muitos defendem a criação de avaliações de desempenho para que os servidores tenham atrelados promoções e aumentos de salários. O Sr. é a favor da promoção dessas avaliações?

R: Não há como não apoiar quaisquer iniciativas tendentes a ampliar e qualificar os serviços públicos prestados à sociedade. Nesse sentido, os sistemas de avaliação de desempenho precisam ser constantemente aprimorados, desde que seja para dar cumprimento e efetividade aos princípios constitucionais da Administração Pública: transparência, impessoalidade, legalidade, probidade e eficiência.

O que não podemos admitir é essa narrativa fraudulenta e irresponsável de algumas autoridades públicas que tentam impingir ao serviço e aos servidores públicos a pecha de inoperantes e privilegiados.

A iniciativa privada não seria capaz de prestar um serviço à altura do serviço público, caso ambos - o ente privado e o ente público - dispusessem dos mesmos recursos financeiros e tivessem que atender ao mesmo número de pessoas. Duvido que a iniciativa privada fosse capaz!

O método honesto de comparar eficiência tem que considerar essas duas variáveis: recursos disponíveis e população atendida.

A maioria esmagadora dos 210 milhões de brasileiros e brasileiras tem o SUS como o seu único "plano de saúde", a sua única chance de manter-se viva; a esmagadora maioria das crianças brasileiras tem a escola pública como a sua única possibilidade de estudar e prosperar.

A resultante de menos serviço público e menos Estado é menos direitos e menos democracia. Foi o que aconteceu no Chile, e é o que não podemos deixar acontecer no Brasil.

CERIMÔNIA REÚNE CENTENAS DE CONGRESSISTAS EM PERNAMBUCO

A abertura do 18º Conafisco, que teve como tema **Tributação e Previdência Solidárias - Por um Brasil mais justo**, foi marcada pela presença de autoridades, especialistas, servidores fiscais tributários e convidados em torno de debates sobre pautas da agenda nacional e atrações culturais. Cerca de 800 pessoas prestigiaram a sessão solene do evento, realizada nas instalações do Enotel Resort, em Ipojuca (PE).

Os presidentes Charles Alcantara (Fenafisco) e João Hélio Coutinho (Sindifisco/PE) deram boas-vindas ao público e destacaram a essencialidade da categoria para o funcionamento da máquina pública no Brasil. Além de discussões técnicas voltadas à conjuntura atual, o evento definiu, por meio do processo eleitoral da entidade, a composição da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenafisco, para a gestão do triênio 2020-2022.

Alcantara defendeu que o maior desafio do sindicalismo do setor público brasileiro é a reinvenção do país, no sentido de atuar de modo a atender não apenas às demandas da categoria, mas sobretudo à sociedade.

"Somos um segmento privilegiado, em face de tanta pobreza e desigualdade. Nós, enquanto servidores públicos, temos a responsabilidade de debater as reformas em curso, sobretudo a tributá-

ria, para juntos apresentarmos uma proposta de aprimoramento do sistema tributário nacional que promova justiça fiscal e um Brasil melhor para todos", disse.

O anfitrião, João Hélio Coutinho, destacou como mote a responsabilidade para fazer o Brasil avançar e tornar-se socialmente mais desenvolvido, sem retirar direitos da sociedade. "Defendemos o Estado Social consagrado na Constituição Federal de 88 e uma reforma tributária socialmente justa e economicamente sustentável", afirmou.

Fernardes dos Santos, auditor fiscal e diretor-geral da Secretaria de Fazenda do Estado do Paranáreafirmou a importância da Administração Tributária para a promoção de justiça fiscal e enalteceu o trabalho promovido pelos servidores fiscais tributários no avanço de políticas públicas que garantem os direitos da classe e da população brasileira.

"Dedicamos uma parcela importante de nossas vidas para garantir os direitos dos servidores públicos e da sociedade. Temos grande responsabilidade em dirigir os destinos das secretarias de Fazenda. Acreditamos nessa valorosa classe de homens públicos que têm o desafio de fortalecer o Fisco em prol de um país mais igualitário", disse Santos.

CULTURA

Para abrilhantar o 18º Conafisco foram chamados ao palco os músicos da Orquestra Clarins, que abriram a cerimônia com o Hino Nacional. Na sequência, o bailarinos honraram o público com apresentação de frevo - dança folclórica popular originária de Pernambuco.

REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

Congressistas conhecem proposta do Comsefaz para aprimorar o sistema nacional durante o 18º Conafisco

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, apresentou ao público do 18º Conafisco a proposta de reforma tributária elaborada pelos responsáveis pelas finanças dos estados e do Distrito Federal. O texto levado ao Congresso Nacional em forma de emenda à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/19, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB/SP), prevê a unificação de cinco impostos, Programas de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços (ISS), a serem substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Segundo Padilha, o diferencial da proposta do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) para as demais propostas em tramitação está nos princípios basilares da chamada PEC do IVA Amplo, estruturada com foco na simplificação de impostos, fim da guerra fiscal, combate à regressividade do sistema, política de desenvolvimento regional, zero aumento da carga tributária, dentre outros pontos.

"Há uma desigual distribuição em que municípios e estados tiveram muitas atribuições, sem receita tributária correspondente. Estamos diante de um pacto federativo que exige revisão e debate. Desindexar, desvincular e desobrigar não resolve. O que vai revitalizar nosso sistema é a reforma tributária", explicou.

Pela alternativa delineada pelos secretários de Fazenda, IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS se fundem em um só tributo de valor agregado, que será fiscalizado pelos estados e municípios, concedendo autonomia aos governadores e prefeitos para definição de alíquota, em aspectos que tratam da repartição de recursos, valorização da Administração Tributária, dentre outros pontos.

"Nossa proposta revê o pacto federativo, colocando estados e municípios num patamar muito importante, com a União participando apenas com o recebimento do tributo. A partir disso, auditores e fiscais estaduais passam a fiscalizar serviços e direitos. Não há equilíbrio fiscal no Brasil sem participação imprescindível do agente do Fisco", afirmou.

PALESTRA MAGNA

"O NEOLIBERALISMO NATURALIZA AS DESIGUALDADES"

O professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pedro Rossi, conduziu a palestra magna de abertura do 18º Conafisco, oportunidade em que abordou aspectos do modelo de organização capitalista sob a perspectiva do Mercado versus Estado.

Segundo o economista, a força motriz de uma economia neoliberal é a concorrência, que implica na infinita busca por resultados e eficiência. E deste modo a lógica capitalista divide a sociedade em "ganhadores" e "perdedores", sujeitando trabalhadores ao risco e a menos direitos, sob a falaciosa alegação de meritocracia.

Rossi alertou que sociedades com grande concentração de capital promovem injustiças sociais e destacou os problemas resultantes da naturalização da desigualdade. "Um mercado justo e meritocrático expressa uma ideia controversa. Se uma sociedade já é desigual, ela imediatamente compromete o conceito de meritocracia. Uma sociedade meritocrática precisa garantir condições básicas para as pessoas e essas condições exigem, sim, uma atuação do Estado por meio do gasto social, por meio da garantia dos direitos humanos", frisou.

Para o economista, sociedades nas quais há forte concentração de capital tornam-se cada vez mais desiguais, o que compromete até mesmo o regime democrático."As democracias das economias centrais estão colapsando por falta de representatividade. As pessoas já não se identificam mais com os sistemas políticos. Isso tem tudo a ver com o modelo neoliberal, com a lógica de funcionamento deste sistema", disse.

CRISE

Rossi lembrou que em sociedades capitalistas do pós-guerra a ordem social vigente era diferente da atual, por apresentarem crescimento econômico sem precedentes, com marcada redução da desigualdade e promoção de garantias e direitos, uma vez que a catástrofe do 'entreguerras' aniquilou o velho liberalismo.

"O mundo está em transformação. Temos uma crise do neoliberalismo, mas não temos algo que se apresente como substituto desse sistema. As lições do 'entreguerras' e a catástrofe da Segunda Guerra Mundial foram fundamentais para montar os Estados de bem-estar social que surgiram depois de 1945", afirmou.

TRIBUTOS

Em meio às discussões acerca das reformas empreendidas pelo governo, Rossi classificou a reforma tributária como prioritária e importante mecanismo de enfrentamento das desigualdades no país. "Não dá para discutir reforma tributária sem colocar o tema da desigualdade no centro do debate. Pensar em mitigar a desigualdade no Brasil é pensar uma política fiscal mais distributiva".

O economista criticou a carga tributária regressiva e defendeu uma reforma que zele pela eficiência, pela competitividade das empresas e pelo federalismo.

CHAPA 'FENAFISCO – PELO FISCO, PELO BRASIL' É ELEITA PARA O TRIÊNIO 2020-2022

Delegados sindicais de todo o Brasil participaram do processo eleitoral da Fenafisco, realizado durante o 18º Conafisco, ocasião em que reconduziram Charles Alcantara à presidência da Federação para o triênio 2020-2022. Também disputou a eleição a chapa 'Unir para fortalecer'.

Com 121 votos favoráveis, a chapa 'Fenafisco - Pelo Fisco, Pelo Brasil', assume, dentre outros, o compromisso de intensificar o diálogo com atores sociais e políticos para ampliar o conhecimento e o apoio aos postulados da Reforma Tributária Solidária; Consolidar a Federação como entidade nacional de referência junto aos seus representados e à sociedade em temas afetos à justiça fiscal e à essencialidade das Administrações Tributárias; manter a unidade da categoria; preservar as conquistas e lutar contra a injustiça fiscal e social.

Também foram eleitos como membros titulares do Conselho Fiscal os servidores fiscais tributários José Caetano Mello Junior (Sinaffepi/PI), Mauro Roberto da Silva (Sindafisco/RO) e Paulo Roberto Ferreira Bonfim (Sindifisco/MS) e suplentes Leyla Maria Alves da Silva (Sindifisco/AC), Marco Aurélio Cavalheiro Garcia (Sindifiscal/MS) e Rudimar Braz de Melo (Sindifisco/SE).

Ao final da apuração, Alcantara classificou o momento como democrático e respeitoso e parabenizou a chapa concorrente pela representatividade que valorizou o processo eleitoral. "A partir de agora vamos retomar o trabalho da Fenafisco, mantendo a entidade unida com seus 32 sindicatos filiados para enfrentar e superar os desafios vindouros", assegurou.

Ingon Luiz Rodrigues, presidente da Junta Eleitoral, descreveu como gratificante participar do processo, que mostrou a maturidade dos integrantes da Federação Nacional do Fisco. "Parabenizo a chapa eleita nesse sufrágio, no qual fica demonstrado o alto grau de democracia dos componentes deste grande colegiado", completou.

Todo o processo de votação e apuração foi acompanhado pela assessora jurídica da Fenafisco, Caroline de Sena, que analisou a legislação estatutária, regimental e a legalidade no voto para fortalecer a lisura do processo democrático. Ao final, a advogada parabenizou a Comissão Eleitoral pela "atuação segura transparente e republicana na condução de todo o processo", e ressaltou a "conduta absolutamente equilibrada das chapas concorrentes, durante toda a votação".

NOVO CONSELHO FISCAL

Titulares e suplentes são diplomados

POSSE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Charles Alcantara/PA
Vice-Presidente
Marlúcia Ferreira Paixão/BA
Dir. Administrativo e Financeiro
Celso Malhani de Souza/RS
Dir. Assuntos Parlamentares e Rel. Institucionais
Ricardo Bertolini/MT
Dir. Formação Sindical e Rel. Intersindicais
Francelino das Chagas Valença Junior/PE
Dir. de Comunicação
Cloves Silva/MS
Dir. Jurídico e de Defesa Profissional
Marco Antonio Couto dos Santos/MG
Dir. Aposentados e Pensionistas
José Marcio Santa Rosa/SE
Dir. Assuntos Técnicos
José Roberto Ferreira de Souza/RR

SUPLENTES

Roberto da Silva Geraldo/AM
Fernando Carvalho de Freitas/RN
Sáris Pinto Machado Júnior/CE
Gabriela Vitorino de Sousa/GO
Martin Baria/RJ
Anatal de Jesus Pires de Oliveira/AP
Jorge Antonio da Silva Couto/TO
Alexandre José Wanderley de Moraes/PE

CONSTRUINDO O FUTURO COM MULHERES

Após 40 anos de história, a Fenafisco elege em 2019, pela primeira vez, uma mulher para ocupar a vice-presidência da entidade, com o desafio de ampliar o debate sobre paridade de gênero no sindicalismo e na política nacional

Buscando aumentar a representatividade feminina nos cargos de direção do movimento sindical, a Fenafisco passa a contar com Marlúcia Paixão (Sindsefaz/BA), antes diretora de Comunicação da Federação (2016-2019), para fortalecer a gestão do triênio 2020-2022, que entre suas frentes de trabalho mira a construção de caminhos que viabilizem a participação de mais mulheres nas organizações sindicais, hoje majoritariamente lideradas por homens.

"Ao mesmo tempo em que se comemora a presença de uma mulher, pela primeira vez, na vice-presidência, há que se perguntar e refletir o porquê de uma entidade de 40 anos ainda não ter contado, até agora, com participação feminina nesse posto.

Segundo a fazendária baiana, destinar espaços políticos às mulheres do Fisco permitirá o aperfeiçoamento dos debates em defesa dos direitos e das reivindicações da categoria, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais igualitária. "Um outro sindicalismo é possível. A mulher trabalha igual ao homem, mas participa menos da vida político-sindical. Ocupar cargos de diretoria propõe pluralidade, democratização das relações sindicais, ambientes equilibrados, mais equidade e menos hierarquia", defendeu.

Segundo pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres Brasil), fatores como o machismo, tripla jornada e maternidade são apontados como obstáculos que afastam as trabalhadoras dos centros de militância e reivindicações por direitos sociais e econômicos no mundo do trabalho.

Para Marlúcia, a valorização feminina na formação sindical deve ser pauta prioritária na agenda de lutas não só das entidades sindicais, mas da sociedade. "O fato de as mulheres tradicionalmente

serem minoria em postos de comando, como a direção das secretarias de Fazenda e as superintendências da Receita Federal, acaba refletida nas diretorias dos sindicatos devido a uma cultura política que reforça o preconceito e o machismo que há no Brasil. Nós pretendemos, nesse sentido, adotar medidas que incluam e proporcionem às sevidoras do Fisco a tomada de consciência de que elas são cidadãs e trabalhadoras, e que podem ingressar e ascender cada vez mais neste território", observou.

TRAJETÓRIA

Enquanto universitária, Marlúcia participou do movimento estudantil da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Foi bancária por mais de 20 anos, com participação intensa no movimento sindical, sendo eleita presidente do sindicato dos bancários por três mandatos, além de ter sido vereadora em Ilhéus/BA.

Ao assumir cargo na secretaria da Fazenda da Bahia, deu sequência à participação ativa na vida funcional das lutas dos fazendários na Bahia.

IV ENCONTRO DE GÊNERO

Como parte do calendário oficial de atividades da Fenafisco, a entidade realizará, a partir de 2020, o IV Encontro de Gêneros do Fisco - uma oportunidade para discutir junto à classe fiscal os desafios, o histórico de lutas, bem como os instrumentos para a promoção da tolerância, do respeito, da justiça e da solidariedade para com as mulheres.

PERFIL

Agente de tributos estaduais da Sefaz/BA;

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc);

Diretora de Comunicação do Sindsefaz/BA (Desde 2017)

Diretora de Assuntos Intersindicais do Sindsefaz/BA (2010/2016);

Diretora de Comunicação da Fenafisco (2016/2019);

Vereadora de Ilhéus (2000/2004);

Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Ilhéus;

Ex-diretora de servidores públicos da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB).

PAINEL I

SIMPLIFICAÇÃO DE IMPOSTOS E FEDERALISMO PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA FISCAL

Como parte da programação técnica do 18º Conafisco, especialistas da área tributária analisaram propostas para reformar o sistema tributário brasileiro em discussão no parlamento, suas premissas e os possíveis impactos na economia e na sociedade.

Na ocasião, o auditor fiscal e ex-presidente do Comsefaz, André Horta Melo, defendeu a tributação progressiva como um esforço positivo, a despeito da vulnerabilidade estratégica, para o melhoramento da economia e das condições sociais do país.

"As propostas de reforma tributária que circulam no Congresso infelizmente não priorizam a agenda da progressividade. Tanto a PEC 110/2019 quanto a 45/2019, preocupam-se com a simplificação dos tributos indiretos, que incidem mais sobre os pobres. Hoje, a progressividade tributária é uma ideia comum entre os agentes tributários, e isso é uma grande vitória institucional e social que deve ser creditada ao trabalho de entidades como a Fenafisco", disse.

Horta explicou que alguns pontos das duas propostas em tramitação no Senado e na Câmara sofreram intervenção dos estados, com a finalidade de enfrentar a guerra fiscal.

"A criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que condensa cinco impostos indiretos (IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS) vem em boa hora, porque o grande problema da burocracia tributária brasileira está na guerra fiscal, que é consequência dessa repartição anômala, quando parte do imposto fica na origem", afirmou.

Segundo Horta, a base de incidência desses tributos deve melhorar a carga tributária indireta para a maioria dos produtos, porque, sendo o IBS um imposto mais eficiente, ampliará a base

de tributação. "A probabilidade é de que a carga tributária média nas mercadorias seja reduzida. Os serviços poderão ser tributados, na média, em patamares superiores aos atuais e isso é uma das questões de adaptação da nova ordem, que está ainda avançando no modelo, para dar mais segurança ao momento das decisões na regulamentação".

REFORMA NECESSÁRIA

O auditor fiscal da Receita Federal e diretor do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), Paulo Gil, classificou a simplificação da matriz tributária, prevista nas propostas de reforma tributária em discussão, como meio para a concentração de tributos sobre os bens e serviços. Segundo ele, a unificação de impostos de várias esferas e contribuições sociais, pode afetar negativamente o financiamento do gasto social e aprofundar as desigualdades no país.

"Na França, a arrecadação aumentou três vezes e meia em 100 anos. Isto é gasto público e a contrapartida é tributação. Alemanha, quase cinco vezes, Japão quase três vezes, Suécia 11 vezes, Inglaterra quase cinco, Estados Unidos quase quatro vezes. Isto é a presença do Estado na realização de investimentos, no gasto social e tributação progressiva", disse.

Gil apontou o sistema tributário nacional como um dos responsáveis pelas desigualdades no país e defendeu a desmistificação da carga tributária brasileira. "O Brasil é o 9º colocado no ranking da desigualdade de renda. Os oito que estão acima da gente são países africanos, muito pobres. No Brasil, os 10% de cidadãos de maior renda têm 50 vezes mais do que os que estão nos 10% do extrato de renda inferior. A situação é vergonhosa porque vai além da desigualdade de renda", explicou.

JUSTIÇA SOCIAL

Para a secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba, a promoção de debates sobre tributação e Previdência é fundamental, sobretudo em momentos em que se discute reformas estruturantes. "É mais do que oportuna a realização de um congresso como este, que envolve os profissionais que de fato lidam com a tributação, arrecadação e fiscalização, para pensar soluções para o fortalecimento do Estado brasileiro", disse.

Na oportunidade, Pacobahyba reforçou que o princípio estruturante de qualquer tributação e arrecadação é o da solidariedade e que o sistema tributário regressivo reforça as desigualdades no país.

"Recente pesquisa mostra que nós brasileiros estamos mais desconfiados do que nunca. E o que confiança tem a ver com tributação? Tudo! Nos países que têm um grande índice de confiabilidade, a eficiência na arrecadação é maior e melhor. Quanto mais desconfiados nos tornamos, ficamos menos solidários, há mais evasão tributária e menos arrecadação", afirmou a secretária.

Pacobahyba reitera que tributação e arrecadação não devem se opor. "É preciso construir uma nova dialética. Este é o retrato do Brasil. Hoje nós somos uma nação ruída, separada, profundamente desigual", concluiu.

REFORMA DOS TRIBUTOS PODE CONSOLIDAR A JUSTIÇA SOCIAL E FISCAL NO PAÍS

Especialistas em tributação discutiram propostas de reforma tributária, sob a perspectiva da progressividade e fortalecimento do Estado Social, como alternativa para o enfrentamento à desigualdade de renda e injustiça tributária.

O diretor do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), Dão Real dos Santos, defendeu um sistema tributário mais justo e alinhado às experiências de países desenvolvidos e igualitários, por meio da preservação do equilíbrio federativo e do financiamento do Estado Social, inaugurado na Constituição Federal de 1988.

"Pensar em reforma tributária é pensar na sustentabilidade dos alicerces da proteção social, educação pública e trabalho. A redução das desigualdades depende da reversão da regressividade. As premissas da Reforma Tributária Solidária (RTS) estão relacionadas a um projeto de nação e propõem interromper a desconstrução do Estado Social, de modo a assegurar e ampliar direitos", disse.

Real destacou que mudanças na matriz tributária, com foco na progressividade do sistema, podem elevar em até R$ 253,7 bilhões as receitas da tributação da renda e reduzir em até R$ 231,7 bilhões a receita da tributação sobre bens e serviços.

Segundo ele, conduzir a reforma tributária à simplificação de tributos é importante, mas não enfrenta o essencial: a injustiça tributária e o enfraquecimento do Estado Social (principal instrumento de redução da desigualdade de renda no Brasil).

REFORMAS CONSTITUCIONAIS

Para a professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Eloísa Machado de Almeida, é fundamental resgatar os pilares da Constituição, diante de todas as mudanças propostas e do Estado Social em disputa.

Segundo ela, a Constituição Federal (CF) de 1988 sedimenta um pacto assimétrico, coordenado por interesses opostos, possível de analisar a partir das reformas trabalhista, previdenciária e Emenda do Teto dos Gastos.

"Se a CF determina a justiça social como diretriz clara para a superação da desigualdade e o sistema tributário intensifica as iniquidades, temos então um sistema inconstitucional, pois seu efeito gera regressividade e concentração de renda", explicou.

ALTERNATIVA

O que fazer quando a Constituição é descumprida reiteradamente e o sistema político não consegue resolver?

Segundo Eloísa, juristas latino-americanos de países como Colômbia e Argentina trabalham na construção de uma tese jurídica que propõe que a Suprema Corte imponha metas para a proposição da reforma dos tributos.

"O papel do Judiciário é garantir o cumprimento da Constituição. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem condição de dizer ao sistema político que a reforma tributária precisa enfrentar em seu bojo a regressividade, e consolidar um sistema justo e capaz de garantir a superação de desigualdades. Se deixarmos o sistema político debater reforma tributária, dificilmente essa reforma vai romper com o ciclo de iniquidades, com o qual nós convivemos", afirmou.

Pensar em reforma tributária é pensar na sustentabilidade dos alicerces da proteção social, educação pública e trabalho. A redução das desigualdades depende da reversão da regressividade.

Dão Real dos Santos

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

O secretário de Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro, reforçou o time de debatedores do 18º Conafisco e defendeu a importância do Fisco para erradicar a pobreza e marginalização, sobretudo para atender à Carta Magna. "Não existe Estado sem a figura da tributação. Precisamos desmistificar a ideia de que tributar é ruim. Qualquer proposta de reforma tributária precisa enfrentar o pacto federativo, a regressividade do sistema e buscar, efetivamente a justiça fiscal", argumentou.

PROPOSTAS

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rodrigo Orair, defendeu um modelo tributário que avance no sentido de promover a progressividade do sistema nacional pela ampliação da tributação que incide sobre a renda e o patrimônio das camadas mais ricas da população.

Não existe Estado sem a figura da tributação. Precisamos desmistificar a ideia de que tributar é ruim.

Marcellus Ribeiro

Segundo ele, a participação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) na arrecadação total é o primeiro fator a determinar o nível de progressividade de um sistema tributário, bem como sua eficácia em relação ao princípio do respeito à capacidade contributiva.

"O tributo será progressivo se a alíquota efetiva média crescer em função do aumento da renda, e, regressivo, se diminuir. Nesse sentido, qualquer proposta de reforma tributária no Brasil não pode prescindir de uma revisão profunda da tributação sobre a renda da pessoa física, que ocupa lugar central em qualquer sistema tributário minimamente justo".

Entre outros pontos, a RTS também propõe a reorganização da tributação sobre a renda das pessoas jurídicas, de forma a promover uma maior desoneração das pequenas e médias empresas. "Mais especificamente, no campo das alterações legais, recomendando a eliminação do regime de tributação pelo Lucro Presumido, exigindo-se que todas as empresas, exceto as enquadradas no Simples, sejam tributadas pelo regime de Lucro Real", explicou o especialista do Ipea.

REGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA APROFUNDA O ABISMO SOCIAL NO BRASIL

O economista Eduardo Moreira encerrou o debate técnico do 18º Conafisco explicando a relação entre tributação e desigualdade e suas consequências para o desenvolvimento social e econômico do país. O painel, coordenado pelo diretor do Sindifisco/PE Alexandre Moraes, contou com a presença do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), que reforçou a discussão sobre a necessidade de reformulação do sistema tributário nacional.

Moreira apontou a regressividade tributária como um dos fatores preponderantes da disparidade de renda no Brasil, e defendeu a desoneração dos tributos sobre bens e serviços como alternativa para a promoção de justiça fiscal.

Segundo ele, distorções nas alíquotas de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), a isenção de tributos sobre grandes fortunas e lucros e dividendos são mecanismos do sistema tributário vigente que favorecem os ricos.

"O Brasil arrecada metade de sua carga tributária de impostos sobre o consumo (49,2%), enquanto a média de países desenvolvidos fica abaixo de 30%. A parcela mais rica (1%) poupa, enquanto os 90% mais pobres consomem tudo o que ganham. A maior parte da renda dos ricos é investida em títulos públicos do governo, cujo lucro provém da transferência de riquezas de assalariados para o mercado financeiro", explicou.

Com base em dados disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), estudo capitaneado pela Oxfam Brasil, mostra que brasileiros com rendimentos mensais superiores a 80 salários mínimos (R$ 79.840) têm isenção média de 66% de impostos, enquanto a isenção para a classe média (de três a 20 salários mínimos, ou seja, entre R$ 2.994 e R$ 19.960) é de 17%.

PREVIDÊNCIA

Autor do livro **"Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa"**, Moreira também criticou a reforma previdenciária, classificada como desmonte da Seguridade Social, por penalizar os pobres e fragilizar o Estado de bem-estar social.

Todos os sistemas de Seguridade Social foram criados em momentos de crise para amenizar essas crises, distribuir riquezas e possibilitar a todos condições para contribuir com o país. Somos o único exemplo na história a destruir a Seguridade em um momento de fragilidade econômica como o atual", criticou.

CONCENTRAÇÃO

O senador Randolfe Rodrigues fez um panorama histórico da tributação desde as sociedades antigas até a formação do Estado moderno. Ele criticou o acúmulo de riquezas pela elite brasileira diante da avassaladora pobreza do restante da população. "Somos um estado absolutista moderno que se chama capital financeiro, responsável pela concentração de 1/3 de tudo que é arrecadado pelos agentes de tributos", argumentou.

O parlamentar criticou a concentração de renda no Brasil e classificou a Emenda Constitucional (EC) 95, que limita os investimentos públicos, como um crime de lesa-pátria, por retirar direitos e limitar a oferta de serviços públicos aos cidadãos.

"A PEC do Teto dos Gastos Públicos é a revogadora de cláusulas pétreas da Constituição Federal. Ao limitar a capacidade de investimento do Estado brasileiro, limita-se a possibilidade dos serviços que podem fortalecer a cidadania, revogando o trecho mais belo do pronunciamento de Ulisses Guimarães. Só é cidadão quem lê, escreve, tem educação, remédio e assistência à saúde quando adoece. Só é cidadão aquele que o Estado pode amparar", disse Randolfe Rodrigues.

REFORMA

O senador teceu críticas à reforma previdenciária, classificada por ele como "ataque ao trabalhador do serviço público e privado", e afirmou que a proposta é inconstitucional por ferir os direitos fundamentais previstos na Constituição.

Segundo Randolfe, as mudanças no sistema de Previdência pública tornarão o Brasil um país ainda mais desigual. "Esta reforma, com o capital financeiro no comando, levará à destruição total do serviço público e do Estado brasileiro, construído nos anos 50, com o sacrifício de milhões de brasileiros. Esta reforma é na prática uma tentativa de acabar com o sistema de proteção social", concluiu.

DELEGADOS VALIDAM AÇÕES PARA FORTALECER A CATEGORIA

A plenária final, parte da programação política do 18º Conafisco, reuniu dirigentes sindicais de todo o país, entre os quais 201 delegados dos sindicatos filiados à Fenafisco, com direito à voz e voto, para definir diretrizes estratégicas e prioritárias para as ações políticas e de mobilização da Federação, a partir de 2020.

Conduzida pelo presidente reeleito, Charles Alcantara, a assembleia realizada no último dia do evento (27), teve na pauta propostas para estabelecer a aproximação do Fisco Estadual e Distrital com entidades representativas do serviço público em âmbito internacional, por meio de intercâmbio e filiação.

Outros pontos em destaque, durante a plenária, versaram sobre a desfiliação da Fenafisco de entidade de terceiro grau, pela perda de legitimidade para sua representação, além de esforços para implementar o aprimoramento da Administração Tributária.

Os delegados validaram as seguintes proposições:

->Autorização para a Diretoria Executiva da Fenasfico proceder com sua desfiliação junto à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), sendo esta resolução aprovada por unanimidade;

->Autorização para a filiação da Fenafisco à *Confederación Latinoamericana de Trabajadores de Ingresos Públicos* (Coltip), aprovada por maioria e uma abstenção, ficando previamente pautada, para o próximo Congresso Nacional do Fisco, a avalição desta filiação;

->Aprovada por unanimidade a construção de texto conjunto entre Fenafisco, Sindifisco Nacional e Fenafim, com inclusão de pontos que tratam do teto remuneratório e das autonomias administrativa, funcional, financeira e orçamentária da Administração Tributária;

->Aprovada, por maioria, a indicação do diretor da Fenafisco Francelino Valença e de Wanderci Polaquini (Sindafep/PR) como representantes da Federação para negociar com as outras entidades do Fisco, questões pertinentes ao aperfeiçoamento da Administração Tributária.

PREMIAÇÃO DESTACA TRABALHO DESENVOLVIDO EM PROL DO FISCO

O encerramento do 18° Conafisco foi marcado por mais uma edição do Prêmio Cervantes de Administração Tributária, que na oportunidade homenageou os ex-presidentes da Federação pelo trabalho realizado em nome de uma estrutura tributária cidadã e de um país melhor para todos.

O ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 293/2004, também foi consagrado com a estatueta Dom Quixote, pelo irrestrito apoio dado à categoria no parlamento e por conferir à classe fiscal a inclusão de capítulo que contempla a Administração Tributária e a ampla valorização de suas carreiras em sua proposta, por meio da edição de Lei Orgânica do Fisco, autonomia funcional, administrativa e orçamentária - demandas pleiteadas pelos servidores fiscais tributários desde a edição da PEC 186/2007.

Durante a cerimônia de premiação, o presidente Charles Alcantara parabenizou os homenageados por não pouparem esforços em defender e demonstrar a essencialidade da Administração Tributária para tributar, arrecadar, fiscalizar e instrumentalizar mecanismos que assegurem condições práticas para a manutenção do Estado Social e Democrático de Direito e à garantia dos direitos fundamentais.

GESTORES HOMENAGEADOS

José Militão Costa — 1983-1987
Antônio Luis Barbosa — 1987-1990
Petrônio Q. Tavares — 1990-1992
1992-1995
José Antônio Pinto — 1995-1997
Jeovalter Gomes — 1997-1999
Carlos A. Agostini — 1999-2001
Severino Ribeiro — 2001-2004
Rogério Macanhão - 2004-2007
2007-2010
Manoel Isidro — 2010-2013
2014-2016

*Ao ex-presidente da Federação Emílio Rodrigues (1979/1983) foi concedido o Prêmio Cervantes no ano de 2007.

O Prêmio faz referência a **Miguel de Cervantes**, um dos maiores gênios da literatura mundial, que também foi funcionário público fiscal da coroa espanhola. A escolha dos premiados foi decidida pelo Conselho Deliberativo da Fenafisco.

REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

*por Pedro Lopes**

Para enfrentar os desafios no Governo do Rio Grande do Norte, deixei o mundo da representação classista no qual vivia desde 2003, quando assumi os cargos de diretor, vice-presidente e presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do RN (Sindifern) até abril de 2017, seguido de diretor parlamentar da Fenafisco, de dezembro de 2016 até dezembro de 2018. Tínhamos muitos desafios para 2019, mas no apagar das luzes de 2018 recebi o convite da governadora eleita no RN, Fátima Bezerra, para integrar sua equipe como Controlador-Geral do Estado, e não tinha como recursar o chamado que me possibilitaria contribuir na construção das soluções para o meu estado sair da maior crise financeira da sua história.

Recebemos um governo tecnicamente falido no dia 1° de janeiro de 2019. Um débito com pessoal da ordem de R$ 1 bilhão, cerca de R$ 400 milhões junto a fornecedores, além de R$ 200 milhões em consignados retidos e não repassados a instituições financeiras, para um caixa disponível de R$ 3 milhões. A equipe de transição já previa desde dezembro de 2018, confirmado durante o exercício de 2019, que os recursos arrecadados em 2019 somente seriam suficientes para quitar 12 folhas mensais, não havendo dinheiro para o 13º salário de 2019.

Havia ainda insegurança do setor empresarial sobre como seria a relação com o governo. O RN figurava como um dos estados mais inseguros do país e os agentes da segurança pública demandavam soluções para as suas carreiras. O setor do turismo estava em queda por causa dos altos preços das passagens aéreas, em comparação com os estados vizinhos. A nossa indústria estava retrocedendo a cada ano devido à adoção por 30 anos de uma política de incentivo fiscal retrógrada e pouco competitiva.

Além das contas públicas estarem viradas, deparamo-nos com um caos administrativo. A contabilidade estava em colapso. Servidores das diversas áreas não cumpriam as normas financeiras. A figura do fiscal dos contratos era decorativa. Não tínhamos sistema integrado de controle de estoques, compras, licitações e contratos. O controle interno do Poder Executivo estava ainda bastante incipiente na sua atuação. Havia, na verdade, dezenas de governos dentro do governo. Todos funcionando de forma independente e sem integração com os demais.

A crise financeira que herdamos não era, portanto, obra do acaso, mas decorria do conjunto dessas desordens, que ano a ano iam deteriorando as contas públicas, e que se aprofundaram a partir

da crise política e financeira que o país vivenciou desde 2014, crise essa que contraiu o crescimento das receitas de impostos e as contribuições em todos os entes da federação.

O primeiro passo dado pelo nosso governo foi decretar calamidade pública de âmbito financeiro, em seguida instituir um Comitê de Gestão e Eficiência, órgão consultivo da governadora, com o objetivo de traçar medidas administrativas para a contenção da crise, e determinar aos órgãos a revisão de todos os contratos com o objetivo de reduzir as despesas do governo.

Foi traçada também uma política bastante controvertida no início, mas que vem se mostrando muito eficaz na administração planejada dos recursos: definimos que as receitas de 2019 seriam utilizadas para pagar as despesas de 2019 e que o passivo herdado seria pago com recursos extraordinários. A governadora determinou a prioridade de pagar os salários dos servidores rigorosamente em dia, medida que também impactava na estabilização da economia potiguar, uma vez que R$ 450 milhões são injetados mensalmente no comércio local.

No campo administrativo, a Controladoria-Geral recebeu carta branca da governadora para fortalecer o controle interno do Executivo e promover auditorias nos programas e órgãos, visando racionalizar os gastos públicos. Em parceria com a Polícia Civil, implementamos ações de combate e de prevenção à corrupção, passando inclusive pelo aperfeiçoamento do nosso Portal da Transparência. Estamos participando ativamente da implantação em 2021 de sistema interoperativo de controles dos estoques, compras, licitações e contratos, tudo integrado com o sistema orçamentário e financeiro do governo.

Estamos no caminho da recuperação fiscal. Não é uma trilha simples e nem há solução mágica e instantânea. Atravessamos um 2019 muito difícil, porém terminaremos melhor do que entramos, e com mais confiança da população. Acreditamos que em 2020 avançaremos e atingiremos a meta em 2021: fazer com que as receitas do ano sejam suficientes para atender as despesas. Apesar de todas as dificuldades, de ter deixado para trás o trabalho que tanto me realizava na Fenafisco, sinto-me grato por participar da equipe da governadora Fátima Bezerra e contribuir efetivamente para a recuperação do meu estado. E vamos vencer!

Perfil

(*) Auditor Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte;

Controlador-geral do estado do RN;

Mestre em Contabilidade pelo Programa Multinstitucional de Pós-graduação em Ciências Contábeis UnB-UFPB-UFRN;

Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN;

Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Tesouro Estadual - Sindifern, 2013/2017;

Titular do Conselho de Previdência do Estado do Rio Grande do Norte, representando os servidores públicos do governo do RN, 2012/2016;

Ex-diretor Parlamentar e de Relações Institucionais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco, 2016/2019.

FENAFISCO CELEBRA 40 ANOS DE LUTAS E VITÓRIAS

Há 40 anos nascia em Pernambuco (PE) a então Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Fafite, predecessora da hoje Fenafisco, entidade com base territorial nacional, representativa dos Servidores Públicos Fiscais Tributários, com 32 sindicatos do Fisco Estadual e do Distrito Federal filiados, que congregam todos os estados da federação, somando mais de 35 mil sindicalizados.

Passadas quatro décadas, a Fenafisco se encontra hoje na condição de legatária e responsável por um patrimônio coletivo que a tornou a maior entidade sindical do Fisco de todo o país.

Desde a sua inauguração, a Federação atua em defesa dos interesses nacionais, em esforço conjunto com seus filiados contra pautas da agenda nacional que buscam enfraquecer a Administração Tributária, os servidores públicos e o Estado Social.

A entidade batalha permanentemente pela ampliação de políticas públicas pugnadas pelos preceitos constitucionais, para que sejam asseguradas a eficiência na fiscalização tributária, como instrumento fortalecedor do Estado Democrático de Direito, de modo a contribuir para consolidar a cidadania e a justiça fiscal no Brasil.

Para comemorar 40 anos de fundação, Ipojuca (PE) foi o cenário escolhido, oportunidade em que filiados, dirigentes sindicais e colaboradores, reunidos durante o 18º Conafisco, reafirmaram os laços de cooperação, confiança, ao mesmo tempo em que celebraram juntos a organização, mobilização e desenvolvimento sindical do Fisco estadual.

Estou há 19 anos no grupo Fenafisco e celebrar o aniversário desta entidade no Conafisco foi gratificante. Parabéns a todos os gestores que trabalharam pelo crescimento da Federação.

MARIA RODRIGUES
Aux. de Escritório

Parabéns Fenafisco pelo histórico de lutas e conquistas, construído ao longo dos seus 40 anos, pela valorização da comunicação sindical como instrumento de fortalecimento da democracia e pela atuação em defesa de um país próspero e solidário.

WANÚBIA LIMA
Jornalista

Acredito no propósito da Fenafisco e no trabalho desevolvido em prol da sociedade, e é uma honra fazer parte desta história como um colaborador.

JOKSÃ NATIVIDADE
Jornalista

A comemoração dos 40 anos em sua cidade de origem foi um marco importante para a Federação e para nós funcionários, que tivemos a oportunidade de participar desta celebração, e ao mesmo tempo agradecer pelas homenagens recebidas. É um orgulho fazer parte desta equipe há 24 anos.

ELIENE BARROS
Secretária

A comemoração dos 40 anos da Fenafisco valorizou sua existência e seu passado. Parabenizo os dirigentes, sindicatos filiados, colegas de trabalho que fizeram e fazem uma Fenafisco forte, comprometida e atuante, com os quais compartilho com honra os desafios e as conquistas. Agradeço as oportunidades dadas, nas quais aprendi e aprendo, crescendo como pessoa e profissional. Acredito na Fenafisco e no país.

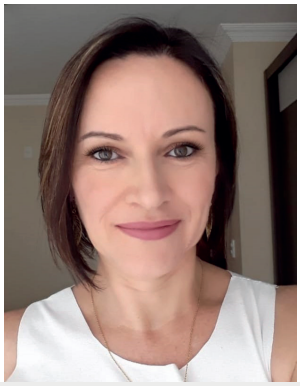
HEULA TADANO
Gerente

Falar em Fenafisco é falar em gratidão por tudo o que ela significa em minha vida profissional. Comemorar os 40 anos dessa entidade tão comprometida, não apenas com as pautas que envolvam os servidores públicos, mas sobretudo com as que envolvem o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, é um privilégio. Desejo vida longa, com a ousadia e a coragem que lhes são inerentes.

CAROLINE SENA
Advogada

A presença de todo o quadro de funcionários foi bastante gratificante, não só pela comemoração dos 40 anos da entidade, do qual faço parte há quase 25 anos, mas também, por poder vivenciar o trabalho final de meses de elaboração e construção. Oportunidade única!

HENRIQUE CABRAL
Programador



A contribuição dos funcionários para a realização de um evento tão importante como o Conafisco sempre ocorreu nos bastidores. Dessa vez, foi possível contar com a contribuição de todos durante sua realização também. Foi uma experiência incrível. Um sucesso de evento. Gratidão aos diretores por nos proporcionarem participar da comemoração dos 40 anos da Fenafisco.

ELISÂNGELA OLIVEIRA
Contadora

8ª NOITE DE TALENTOS REVELA A APTIDÃO ARTÍSTICA DA CLASSE FISCAL

A oitava edição da Noite de Talentos – tradicional evento que compõe a programação do Conafisco – reuniu a categoria fiscal no dia 26. Foi um momento de integração e de lazer amplamente desfrutado pelos servidores.

Os participantes, reunidos nas dependências do Enotel Resort, apresentaram seus talentos, acompanhados pela Orquestra Universal. A confraternização foi coordenada pelo secretário-geral da Fenafisco, José Roberto de Souza, e reuniu um público animado e festivo.

"De todas as edições da Noite de Talentos, essa foi, sem dúvida, a que teve maior participação dos colegas, com destaque para os talentos que estavam com nível técnico bem maior, o que trouxe maior qualidade para a competição", ressaltou José Roberto.

O evento é realizado tradicionalmente durante o Conafisco, e visa propiciar um ambiente descontraído entre os servidores fiscais, favorecendo a integração social.

TALENTOS PREMIADOS

Cantores solo ou grupo acompanhado por banda

CAMPEÃO: José Bonald | Sindifisco/PE
VICE-CAMPEÃO: Daniel Braz de Araújo | Sindifisco/AP

Cantores solo ou grupo acompanhado por seus próprios instrumentos musicais

CAMPEÃO: Wanderci Polaquini | Sindafep/PR
VICE-CAMPEÃO: Christian Azevedo | Sindifisco/RS

Em clima de descontração, o senador Randolfe Rodrigues premia vencedor da noite.

O presidente do Sindafep/PR mostrou todo o seu talento como cantor solo e violonista.

Diretamente do Amapá, Daniel Braz animou o público acompanhado da Orquestra Universal.

Após mostrar técnica vocal e habilidade com instrumentos, Christian Azevedo celebrou a vitória.

ESPORTES APROXIMAM A CATEGORIA E PROMOVEM O LAZER

Dezenas de servidores fiscais participaram do 8º Torneio Desportivo da Fenafisco, que buscou incentivar a prática de esportes e a integração da classe fiscal durante o 18º Conafisco.

Em clima de animação, o coordenador geral Ronaldo Oliveira (diretor para Assuntos Técnicos da Fenafisco) agradeceu aos atletas e ao público que prestigiou os jogos e parabenizou a coordenação das atividades desportivas, conduzidas pelos dirigentes José Roberto (secretário-geral da Fenafisco), Cloves Silva (Sindifisco/MS), Anatal de Jesus (Sindifisco/AP), Glauco Honório (Fenafisco) e Osmar de Araújo (Sindafep/PR).

No primeiro dia das atividades, os atletas disputaram as seguintes modalidades: futebol *society*, dominó, sinuca, tênis de quadra e tênis de mesa. Na segunda etapa do evento desportivo houve disputa nas modalidades tênis de quadra e vôlei de praia.

A atleta que recebeu a honraria por ter se destacado foi Maria Lucia Dantas do Sindifiscal/MT, que participou do torneio na modalidade dominó. Já o sindicato com o maior número de pontuações nos jogos foi o Sindifisco/SE.

As atividades esportivas são parte integrante da Programação Social do 18ª Conafisco e têm como finalidade principal incentivar o lazer e a prática de esportes e de jogos de salão, visando integrar os Servidores Fiscais Tributários associados aos sindicatos filiados à Fenafisco.

As competições foram realizadas nos dias 25 e 26 de setembro de 2019, nas instalações do Enotel Convention & Spa e do Society Gaúcho.

FUTEBOL SOCIETY

CAMPEÃO: Time Sindifisco/SE
VICE-CAMPEÃO: Time Sindifiscal/MS
3º LUGAR: Time Norte/Sul (RR, PA, SC, PR, TO, DF)

SINUCA

CAMPEÃO: Cloves Silva | Sindifisco/MS
VICE-CAMPEÃO: Antonio Gomes | Sindifisco/MS
3º LUGAR: Celson H. Freitag | Sindifisco/SC

DOMINÓ

DUPLA CAMPEÃ: Antonio Leite
José Dantas | Sindifisco/SE
DUPLA VICE-CAMPEÃ: Ieda Paula
Renilde Rego | Sindifisco/AP
3º LUGAR: Ubirajara Lima
José Vicente | Sindsefaz/BA

TÊNIS DE MESA

CAMPEÃO: Adriano Sacras | Sinafresp/SP
VICE-CAMPEÃO: Glauco Honório | Sinafresp/SP
3º LUGAR: Cloves Monteiro Gomes | Sindifisco/AC

VÔLEI DE PRAIA

DUPLA CAMPEÃ: André Luís Peres de Barros
Fabio Melo | Sindifiscal/MS
DUPLA VICE-CAMPEÃ: Glauco Honório | Sinafresp/SP
Nelso Schneider | Sindifiscal/MS

TÊNIS DE QUADRA

DUPLA CAMPEÃ: Adriano Sacras | Sinafresp/SP
Eduardo Antônio Lobo | Sindifisco/SC
DUPLA VICE-CAMPEÃ: Jean Carlos | Sindifisco/AP
Martim Baria | Sinfrerj/RJ
3º LUGAR: Marcos Vinicius
Hugo Souza | Sindifisco/MG

PREMIAÇÃO GERAL

CAMPEÃO: Sindifisco/SE
VICE-CAMPEÃO: Sinafresp/SP
3º LUGAR: Sindifiscal/MS

REFORMA SOLIDÁRIA AVANÇA E INSPIRA NOVAS PROPOSTAS

A Reforma Tributária Solidária (RTS), apresentada pela Fenafisco e pela Associação Nacional do Auditores Ficais da Receita Federal (Anfip), avança cada vez mais.

Em 2019, o projeto encampado pelas duas entidades do Fisco conquistou o importante apoio dos nove governadores da região Nordeste, além de ter inspirado a Emenda Aglutinativa Global nº 178/2019, intitulada **Reforma Tributária Sustentável, Justa e Solidária**, proposta pela bancadas do PT, PSB, PDT, PSol, PCdoB e Rede, a qual sugere alterações na PEC nº 45 - proposta de reforma tributária que está em discussão na Câmara.

Para a Fenafisco, a RTS é complementar à reforma tributária defendida pelo Governo Federal, uma vez que a PEC 45 foca na simplificação de tributos, sem instrumentalizar mecanismos capazes de corrigir as anomalias do sistema, na forma como se cobram os impostos no Brasil.

Segundo Charles Alcantara, presidente da Fenafisco, uma reforma necessária precisa enfrentar a regressividade. "Todos os países que prosperaram têm um sistema tributário progressivo. Ou seja, ele incide mais na renda e no patrimônio e menos no consumo. É necessário discutir a simplificação, mas esse não é o passo mais importante para diminuirmos a desigualdade que nos assombra", explica.

Em reunião para discutir projetos do Consórcio do Nordeste, em agosto de 2019, os governadores do Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará defenderam a RTS, projeto que reuniu especialistas para dissecar e apontar soluções para transformar o sistema tributário em instrumento de redução da desigualdade social.

Durante o encontro, os governadores presentes convidaram ambas as instituições para participarem de reuniões da agenda do grupo. A principal ideia defendida é a redução de tributos sobre o consumo de bens e serviços, compensada pelo aumento na tributação da renda de pessoa física para quem ganha acima de 40 salários mínimos mensais.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB/MA), e o deputado federal Afonso Florence (PT/BA) parabenizam as premissas da RTS.

O vice-presidente do PDT, Ciro Gomes, recebe livro da RTS, em Porto Alegre (RS).

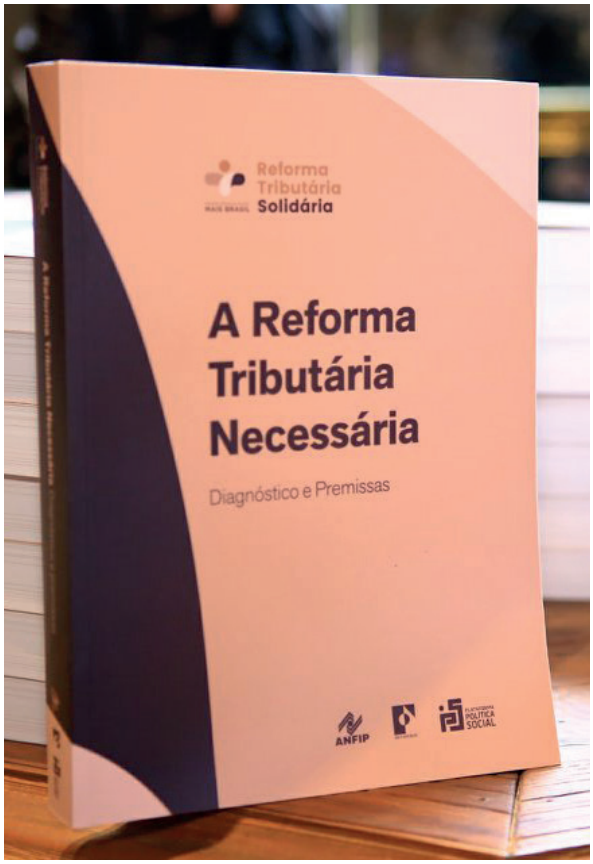
Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), critica o sistema tributário regressivo, em conconância com os pilares da RTS.

ENTENDA A REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA

O foco central da RTS trata da progressividade. Caso se confirme a intenção do Ministério da Economia de diminuir a alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 27,5% para 25%, a medida irá aumentar a desigualdade existente no País, pois beneficiará diretamente as altas rendas, que hoje já pagam uma alíquota efetiva muito menor do que as bases mais baixas da pirâmide social.

Isso acontece porque o Brasil cobra muito mais impostos sobre o consumo e serviços do que na renda e no patrimônio, principalmente dos mais ricos.

Atualmente, cerca de 50% da carga tributária dos impostos incidem sobre o consumo. Essa característica trava o crescimento econômico e claramente aumenta a desigualdade. Para se ter uma ideia da distorção do nosso sistema, nas faixas de renda superiores a 320 salários mínimos mensais a base de cálculo para imposto representa apenas 7,7% da renda total declarada; já para quem ganha entre um e cinco salários mínimos corresponde a mais de 60%.



Principais propostas em discussão

– PEC 45/2019 – Em tramitação na Câmara dos Deputados. Proposta do Centro de Cidadania Fiscal CCIF, de autoria do economista Bernard Appy, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP) – Relator: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB);

– PEC 110/2019 – Em tramitação no Senado Federal. Proposta encabeçada pelos senadores David Alcolumbre (DEM/AP) e Acir Gurgacz (PDT/RO), baseada no projeto do ex-deputado Luís Carlos Hauly – Relator: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA);

– Proposta do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) que teve a coordenação de Décio Padilha, Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco;

– Proposta Reforma Solidária. Proposta da Fenafisco e Anfip - Trabalho com 39 artigos escritos por 42 especialistas.

Previdência e tributação são assuntos que têm tudo a ver com a nossa atuação enquanto Fisco. Tudo o que se fala em relação à justiça social, tributária e fiscal está intimamente ligado às normas que são promulgadas e discutidas.

Neste momento em que se vê o parlamento debatendo amplamente as reformas tributária e previdenciária é mais do que oportuna a realização do Conafisco.

FERNANDA PACOBAHYBA
Secretária da Fazenda/CE

O Brasil é um país onde a renda é muito mal distribuída e consequentemente a desigualdade social é gigantesca; aliado a isto temos um sistema tributário que penaliza as pessoas com menor poder aquisitivo. Por meio de um debate sério e responsável sobre tributação e Previdência temos a oportunidade de pensar formas para redistribuir a renda e reduzir as desigualdades sociais.

FABIANO DADAN NAU
Vice-presidente da Fenafisco

É muito oportuno esse 18º congresso para debater justiça fiscal e dar concretude à nossa Constituição, que demanda justiça social e redução da desigualdade. Fico feliz em contribuir com essa discussão, trazendo a perspectiva do Direito Constitucional de que tributação justa e manutenção da Previdência pública são exigências que não podem ser deixadas de lado.

ELOÍSA MACHADO
Professora da FGV/SP

O país vive um momento importante no qual se discutem as reformas previdenciária e tributária e um congresso dessa natureza sempre traz luz ao assunto. Mais do que luz, traz mobilização e ação para que se tenha uma reforma tributária que privilegie a justiça fiscal, o combate à regressividade e fortaleça o Pacto Federativo.

MARCELLUS RIBEIRO ALVES
Secretário de Fazenda/MA

Discutir Previdência para a categoria e para os servidores públicos é oportuno e relevante, assim como discutir a questão tributária, principalmente na linha do Pacto Federativo. É importante que a categoria participe de forma ativa destas discussões, sobretudo como protagonista. A Fenafisco como sempre está em posição de vanguarda nesse debate nacional.

ROGÉRIO MACANHÃO
Dir. Para Assuntos Parlamentares

Tributação e Previdência são duas vertentes fundamentais da justiça social.

Lutar por uma Previdência justa, inclusiva é lutar pelo bem-estar das pessoas. Discutir a questão tributária é discutir cidadania. Quando discutimos uma tributação que seja socialmente justa, economicamente consistente, estamos lutando em prol da sociedade.

JOÃO HÉLIO
Presidente do Sindifisco/PE

Debater a tributação tem a ver com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A tributação é a arrecadação para que o Estado possa distribuir equitativamente a riqueza do Brasil. Em nosso país o sistema tributário é regressivo e prejudica principalmente os mais pobres. Este debate é central para o país que queremos construir no futuro.

RANDOLFE RODRIGUES
Senador (Rede/AP)

Pensar em Previdência e tributação é pensar em Estado Social, que tem como principal papel a redistribuição de renda, que pode vir pelo gasto ou pela via tributária. A tributação tem que ter um papel ativo, sobretudo, para evitar o excesso de concentração de renda no topo. Em última instância, queremos um país mais justo para todos nós.

RODRIGO ORAIR
Pesquisador do IPEA

Tributação e Previdência são temas que permeiam a vida do brasileiro. A Previdência é responsável pela maior distribuição de renda que o Brasil tem. Tratar da Previdência é tratar diretamente da questão social. O tributo é que financia o Estado. É fundamental discutir Previdência e tributação para tratarmos de justiça social e de justiça fiscal.

JOÃO MARCOS DE SOUZA
Conselheiro Fiscal da Fenafisco

É importante debater Previdência e reforma do sistema tributário no sentido de pensarmos soluções para a desconcentração de renda, de modo a garantir qualidade de vida à população, além de caminhos para a sustentabilidade e fortalecimento da Previdência Social, instrumento poderoso de transferência de renda no Brasil.

MANOEL ISIDRO
Presidente do Sindifisco/PB

18º CONAFISCO ABRE ESPAÇO PARA MOSTRA DE ARTESANATO

A diversidade do artesanato pernambucano foi uma das atrações especiais do Conafisco, que em sua 18ª edição abriu espaço para a ação solidária promovida pela Fundação Casa da Vovó Bibia, entidade filantrópica com 25 anos de atuação em Recife/PE, voltada a fomentar a interação social entre os idosos e sua inserção no mercado autônomo de trabalho.

Com o objetivo de valorizar as artes manuais e fortalecer a expressão criativa da comunidade da terceira idade pernambucana, o projeto social levou ao evento peças de decoração e vestuário para serem expostas, apreciadas e comercializadas, visando arrecadar fundos para ampliar a estrutura da instituição e garantir mobilidade financeira aos artesãos atendidos pelo projeto.

Segundo Maria de Fátima Brito, diretora do projeto e filha de Severina Brito, mais conhecida como Vovó Bibia, as doações recebidas a título de apoio financeiro do empresariado local são revertidas em benefício dos idosos assistidos pela entidade. Lá são ofertadas, por exemplo, oficinas, palestras e atividades físicas para os idosos. O aprimoramento do espaço físico da entidade também é priorizado, de modo a oferecer conforto, aconchego e comodidade às 60 pessoas atendidas.

"A mente ociosa é oficina de solidão e tristeza, uma porta aberta para doenças terminais, era o que minha mãe sempre falava. Todo o serviço prestado é gratuito. Jamais a Casa internou uma só pessoa. Nosso esforço é voltado a um trabalho conjunto, ao lado da família, no sentido de mostrar o quão importantes são o apoio e a presença dos familiares nesta fase da vida", explica Maria de Fátima.

A Fenafisco tem ampliado suas bases de ação para além das fronteiras da categoria, e contribuído com a sociedade em geral. "É importante que, enquanto entidade sindical, trabalhemos não só para atender aos nossos próprios reclamos e aspirações, mas também, e principalmente, para servir ao público", defendeu Charles Alcantara.

Para Maria de Fátima, o apoio da Federação os tornou mais fortes, por causa da respeitabilidade e do trabalho sério que a entidade exerce. "Ao receber o espaço que nos foi dado, a Fenafisco reforçou que estamos no caminho certo. Tivemos um fortalecimento moral, pois ao nosso lado estão grandes entidades como a Federação e o Sindifisco aqui de Pernambuco", ressaltou.

REDES SOCIAIS:

/casavovobibia

@casavovobibia

Rua Frei Teófilo Virgoleta, 134 - Cordeiro - Recife/PE
CEP: 50720-660

81 3033-1610 | 98698-9143

FAÇA SUA DOAÇÃO:

CNPJ: 06.950.200/0001-91

AG: 1835-X
CC: 63291-0

AG: 1584
CC: 0004372-2
OP: 003

BASTIDORES DO CONAFISCO TÊM AMPLO APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL DE FUNCIONÁRIOS DO FISCO

Para o êxito do 18º Conafisco, a comissão organizadora do evento contou com equipe de colaboradores, que em ação conjunta empreenderam esforços para dinamizar as atividades dos bastidores, de modo a garantir excelência do evento.

Nesta edição, a cobertura completa do Congresso ficou por conta das assessorias de Comunicação da Fenafisco, Sindifisco/PE e do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (Sindsefaz/BA), que trabalharam para manter suas bases informadas, por meio de notícias em tempo real, produção audiovisual e de conteúdo *offline*.

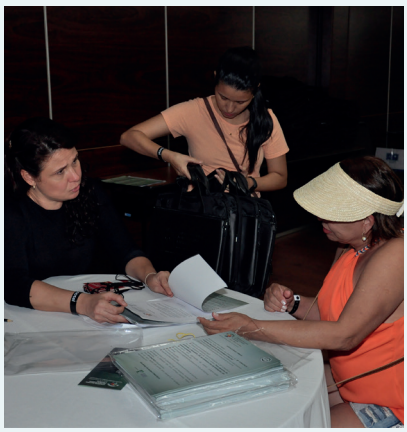
A InPress Oficina, responsável pela aproximação da entidade junto aos veículos de destaque da mídia nacional, auxiliou a cobertura do evento por meio de suporte aos jornalistas convidados (**Valor Econômico** e **Portal Justificando**), que participaram do Conafisco, para ampliar os debates sobre temas como as reformas tributária e previdenciária, além de acompanhar outros eixos de trabalho promovidos pela Federação.

Em razão dos 40 anos da Fenafisco, comemorados no estado onde a entidade foi fundada, o Conafisco de 2019 teve como destaque o apoio operacional de todos os seus funcionários que estiveram presentes em Pernambuco (PE), trabalhando no suporte do evento, para garantir, por meio de sua expertise, a melhor experiência possível aos participantes.

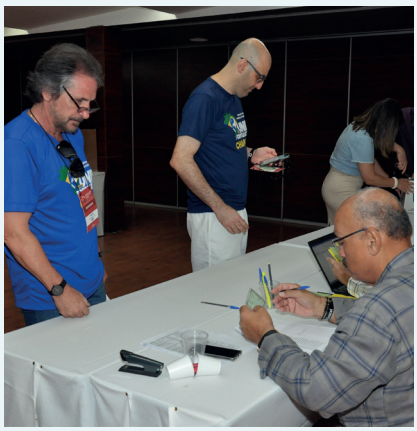
O evento também contou com a contribuição dos funcionários do Sindifisco/PE, que reforçaram o apoio aos congressistas e à estrutura, para assegurar resultados positivos.

Antes, durante e ao final do Congresso, os participantes do Conafisco contaram com o trabalho da **Pontual Receptivo**, empresa de turismo que cuidou de passagens, translado, estadia, apoio e orientação aos participantes.

CREDENCIAMENTO



ELEIÇÕES



LAZER

ESPORTES

MELHORES MOMENTOS

MELHORES MOMENTOS

SindiFisco Acre
Sindicato do Fisco Estadual do Acre

SINDIFISCO
SINDICATO DO FISCO DE ALAGOAS

SINDIFISCO - AM
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS
Desde 1989

SINDIFISCO-AP

SINDEFAZ
SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA

SINTAF
SINDICATO DOS FAZENDÁRIOS DO CEARÁ

AUDITECE SINDICAL

SINAFITE-DF

SINDIFISCAL-ES

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DO FISCO DO ESTADO DE GOIÁS

SINTAF
SINTAF-MA

SINDAFTEMA

SINDIFISCO-MG
Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais

SINDIFISCAL/MS
Sindicato dos Fiscais Tributários do Estado de Mato Grosso do Sul

SINDIFISCO-MS
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

SINDI FISCO
MATO GROSSO

SIPROTAFMT

SINDI FISCO
PARÁ
Fisco, essencial

SINDIFISCO
Paraíba

SINDI FISCO
PERNAMBUCO

sinaffepi
Sindicato dos Auditores Fiscais da Fazenda Estadual do Piauí

SINDAFEP
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

Sinfrerj
Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio de Janeiro

SINDIFERN
Sindicato dos Auditores Fiscais do RN

sindafisco
SINDAFISCO-RO

SINDIFISCO-RR
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DE TRIBUTOS DO ESTADO DE RORAIMA

Sindifisco-RS
Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do RS

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SINDIFISCO
SINDICATO DO FISCO DO ESTADO DE SERGIPE

sinafresp
Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo

SINDARE
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO ESTADO DO TOCANTINS

SINDIFISCAL
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO TOCANTINS

FENAFISCO